

TURISMO EM PIRAPORA-MG: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES LOCAIS

TOURISM IN PIRAPORA-MG: A CASE STUDY ON THE PERCEPTION OF LOCAL RESIDENTS

Ricardo Dias da Costa

Centro Universitário Newton Paiva
Mestre em Turismo e Meio Ambiente pelo Centro Universitário UNA
Endereço: Rua Guajajaras 175 – 5º andar. Centro. 30180 100 – Belo Horizonte – MG.
E-mail: riccostatur@yahoo.com.br

Eduardo Trindade Bahia

Centro Universitário UNA
Doutor em Ciências del Mar pela Universitat Politecnica de Catalunya, Espanha.
Endereço: Rua Guajajaras 175 – 5º andar. Centro. 30180 100 – Belo Horizonte – MG.
E-mail: eduardo.bahia@una.br

Euclides de Freitas Couto

Centro Universitário UNA
Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.
Endereço: Rua Guajajaras 175 – 5º andar. Centro. 30180 100 – Belo Horizonte – MG.
E-mail: efcouto@terra.com.br

Data de submissão: 15 Mai. 2009. **Data de aprovação:** 15 Jul. 2009. **Sistema de avaliação:** *Double blind review*. Centro Universitário UNA. Prof^a. Dra. Wanyr Romero Ferreira

Resumo

Este trabalho busca estabelecer as relações existentes entre o desenvolvimento da atividade turística e a opinião dos residentes locais, sobre o turismo em Pirapora. O entendimento e conhecimento desses elementos são necessários para o desenvolvimento local, planejamento turístico e sustentabilidade da cidade como destino turístico. Foi realizada uma pesquisa de opinião com os residentes da cidade, buscando entender como eles percebem o turismo na cidade e as consequências para suas vidas e para a cidade. A análise dos resultados permitiu constatar a importância do Vapor Benjamim Guimarães como um atrativo turístico capaz de dinamizar a economia, valorizar a cultura regional e impulsionar o turismo contribuindo para dinamizar o marketing da cidade. Para além dessas constatações, os resultados obtidos podem contribuir para o planejamento e o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Pirapora. Ademais, o estudo revela que o Vapor deve ser considerado uma alternativa de crescimento econômico e de valorização da cultura local, mostrando-se, também, importante instrumento para o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental e qualidade de vida da população.

Palavras chave: Turismo em Pirapora, Vapor Benjamim Guimarães, residentes locais, destinos turísticos.

Abstract

This work intends to establish the relationships between the development of the tourist activity and the opinion of the local residents about tourism in Pirapora. The understanding and knowledge of these elements are necessary for the local development, tourist planning,

and sustainability of the city as a tourist destination. An opinion poll with local residents was conducted to try to understand how they view tourism there and its consequences in their lives and city. The analysis of results highlighted the importance of the steamboat Benjamim Guimarães as a tourist attraction contributing to boost the economy, valuing local culture and boost tourism contributing to boost marketing of the city. Beyond these findings, the results could contribute to the planning and development of tourism in the city of Pirapora. Furthermore, the study reveals that the steamboat should be considered an alternative to economic growth and appreciation of local culture, being also important instrument for the development of environmental sustainability and quality of life.

Keywords: Tourism in Pirapora, Benjamim Guimarães Steamboat, local residents, tourist destinations.

Introdução

O turismo é uma atividade que, estando em um nível elevado de desenvolvimento, pode servir de base para a economia de uma região ou uma localidade específica, requerendo, entretanto, especial atenção para os impactos ambientais, econômicos e socioculturais que provoca. É uma atividade que consome espaço geográfico: exige a construção de infraestrutura, utilização de recursos variados, integração da população nativa e pode degradar o ambiente (BISSOLI, 2001).

Dados do Ministério do Turismo mostram que a atividade turística vem aumentando, consideravelmente, sua participação no PIB nacional. A variação da receita cambial turística no Brasil, de 1995 a 2006, chegou, nesse último ano, ao valor de US\$ 4,32 bilhões (BRASIL, 2007). Tendo em vista a análise da evolução da economia brasileira, segundo segmentos de turismo da Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo (BRASIL, 2009), realizada em fevereiro de 2009, para 95% do mercado consultado, a economia do turismo cresceu em 2008. O desempenho do faturamento sofreu uma variação média percentual de 24,1% em 2004, 17,3% em 2005, 29,3% em 2006, 14,8% em 2007 e 26,7% em 2008. Os segmentos que mais contribuíram para esse desempenho foram locadoras de automóveis, companhias aéreas e operadoras de receptivo. A pesquisa foi realizada pelo núcleo de turismo da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE-FGV) e foram ouvidas as 78 principais empresas do setor, que, em conjunto, faturaram R\$32,7 bilhões em 2008.

A partir do ano de 1995, o governo brasileiro adotou algumas políticas que visavam ao desenvolvimento do turismo, partindo de uma base local: o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, do governo Fernando Henrique Cardoso e o Plano Nacional de Turismo – PNT, do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Essas ações iniciaram, desde então, um longo processo reestruturação do planejamento turístico no Brasil, buscando capacitar os municípios para o desenvolvimento nas áreas econômica, social e cultural. Em última instância, elas visam a ampliar a geração de emprego e renda nas comunidades, fazendo com que a população local não se veja na necessidade de migrar para alcançar sua ascensão social. (BRASIL, 2007). Muitos municípios brasileiros apresentam potenciais turísticos mal explorados por falta de planejamento e conhecimentos técnicos na área de turismo, agravados, em alguns casos, pela deterioração ambiental, que compromete as atividades turísticas nesses municípios, visto que tais atividades dependem da harmonia e da sustentabilidade do espaço geográfico para se desenvolver.

O presente trabalho visa a analisar o desenvolvimento da atividade turística no município de Pirapora, a partir da visão dos residentes e gestores locais de organizações relacionadas com o turismo e sua capacidade de melhorar as condições socioeconômicas daquela

comunidade no período de 2002 a 2009, período este que coincide com a retomada das atividades turísticas do Vapor Benjamim Guimarães. A análise do período possibilitou melhor conhecimento sobre a utilização do Vapor Benjamim Guimarães, um atrativo turístico único, que pode contribuir para melhorar a imagem da cidade, dinamizar a economia e a cultura da região e ainda preservar o meio ambiente.

Considerando o planejamento e a gestão processos essenciais para o desenvolvimento do turismo, foi fundamental analisar e destacar o papel da iniciativa pública por meio de uma vontade política expressa e da decisão de contribuir com todos aqueles que estão empenhados no desenvolvimento do turismo na região de Pirapora no período estudado.

Muito já foi escrito e discutido sobre o turismo no rio São Francisco¹, mas o habitante de suas margens, que é um dos componentes mais importantes em todo esse contexto, tem sido esquecido. Este estudo procurou ouvir e tratar os residentes da cidade de Pirapora de maneira mais assertiva e profissional, pois, como afirmou Carvalho (1999, p.13) “uma cidade só será boa para o turista, se primeiro for boa para o residente”.

A análise dos diversos componentes econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais e a relação desses componentes com a sociedade do destino turístico, confirmou a relevância da atividade turística para a cidade. Sugere-se, nesse sentido, que, a partir deste estudo, as autoridades brasileiras tenham uma pequena amostra do diagnóstico turístico da região, a qual possa servir como base para tomada de decisões que colaborem para o desenvolvimento local.

Referencial Teórico Municípios Turísticos

Em consonância com as políticas públicas voltadas para o turismo, a caracterização de cidade ou município turístico ainda é um tanto difícil, principalmente em função da indefinição da legislação conforme Silva (2004). Até o ano de 2003, foram consideradas algumas configurações distintas de municípios turísticos: as capitais dos estados e os grandes centros urbanos com mais de quinhentos mil habitantes e as cidades turísticas propriamente ditas que, normalmente, não ultrapassam os cinquenta mil habitantes. Chegou-se a essa conclusão em função da análise do Roteiro de Informações Turísticas² (RINTUR), que foi desenvolvido pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), em 1999, e pelo Guia 4 rodas de 2001.

Como o turismo é uma atividade que se desenvolve por meio de atrativos localizados, utiliza serviços e gera impostos, primordialmente, no município, é mais adequado que se concentrem os processos de planejamento e gerenciamento na esfera municipal. Tal medida visa a envolver, ao máximo, a comunidade local nas políticas de desenvolvimento do turismo, vinculando-a aos programas a serem implantados. Nesse sentido, o PNMT procurava conscientizar os municípios sobre o fato de que somente a presença de atrativos ou potencial turístico não era garantia de que a atividade iria, necessariamente, se desenvolver. A atividade turística só poderá produzir benefícios sociais, econômicos,

¹ SANTOS, Reginaldo Gouveia. Impactos socioambientais à margem do rio São Francisco: um estudo de caso. USP, 2006

FERREIRA, Marcos César Félix. Rio São Francisco: sustentabilidade, transposição, sociedade civil e participação. UNB, 2002

² Pesquisa anual feita entre municípios mediante formulários enviados às prefeituras para identificação de municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo até o ano de 2002

historicoculturais e ambientais, se for planejada e gerenciada no âmbito de uma política que considere as especificidades das dinâmicas local, regional, nacional e até internacional.

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003, surgiu no Brasil um novo modelo de gestão pública. Tendo como princípios a descentralização e participação, a proposta inicial previa a constituição de um sistema nacional de gestão do turismo: um núcleo básico formado pelo Ministério do Turismo, Conselho Municipal de Turismo (CONTUR) e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Complementando essa rede de gestão descentralizada apresentavam-se os Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, além de outras entidades de relevância estadual vinculadas ao turismo (BRASIL, 2007.)

Políticas voltadas para o desenvolvimento turístico

Segundo Cruz (2000), a primeira abordagem sobre algum aspecto da atividade turística em termos de política pública no Brasil deu-se através do decreto-lei 406, de maio de 1938, cujo art. 5º dispunha sobre a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres.

[...] uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território (CRUZ, 2000, p. 40).

Porém, na história do turismo no Brasil, o Decreto-lei 55, de 18 de novembro de 1966 definiu a política nacional de turismo, criando o Conselho Nacional de Turismo (CONTUR) e EMBRATUR, além de outras medidas.

Em 1991, a EMBRATUR sofreu sua primeira reestruturação, empreendida pela Lei 8.181, de 28 de março, que transformou a então empresa pública em autarquia especial, modificando parte de sua denominação de Empresa Brasileira de Turismo para Instituto Brasileiro de Turismo, atribuindo-lhe, conforme o artigo 2º, a finalidade de “formular, coordenar, executar e fazer a política Nacional de Turismo”. Essa lei, regulamentada pelo Decreto 448, de 14 de fevereiro de 1992, estabeleceu como finalidade da Política Nacional de Turismo o desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional. (CRUZ, 2000). Em função da instituição do Ministério do Turismo, a atuação da EMBRATUR passou a concentrar-se na promoção, no marketing e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior.

No ano de 1994, o governo federal implantou O Programa Nacional de Municipalização do Turismo e, nesse mesmo ano, a EMBRATUR identificou 700 municípios com potencial para o desenvolvimento do turismo, sendo que somente 30 deles eram divulgados e comercializados no Brasil. O programa tomou como referência para sua estruturação padrões operacionais elaborados pela Organização Mundial do Turismo (OMT), adaptados à realidade brasileira. Surgia um novo modelo de gestão participativa da atividade turística, que buscava maior eficiência, eficácia e afetividade na administração da atividade turística no país.

O modelo defendia a premissa de que o turismo só existirá na cidade, de maneira planejada e eficiente, se as soluções e os caminhos percorridos fossem encontrados por seus moradores. Em outras palavras podemos dizer que as belezas naturais e as singularidades culturais de uma localidade não garantem por si mesmas o desenvolvimento turístico. A inexistência de facilidades de acesso e de sinalização, dentre outras medidas, pode inviabilizar a atividade turística. Nesse sentido, a participação da comunidade local torna-se fundamental: ninguém melhor do que os próprios residentes para reconhecer os potenciais

turísticos e indicar as prioridades de investimento na infraestrutura da região. O programa chegou ao ano de 2002, tendo 497 municípios com suas comunidades informadas sobre a importância do turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico. Também contava com segmentos diretamente ligados à atividade turística, estruturados e organizados, com Conselhos Municipais de Turismo e com Fundos Municipais de Turismo instituídos.

Em 2003 foi criado o Ministério do Turismo, tendo como missão:

desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com o papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. Deve inovar na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo papel do pensamento estratégico. (BRASIL, 2007, p. 5)

Concomitantemente a essa criação, foi implantada a Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, cujo papel era a responsabilidade de executar a política nacional para o setor, orientada pelas diretrizes do Conselho Nacional do Turismo, além de responder pela promoção interna e zelar pela qualidade da prestação do serviço turístico brasileiro. Dentre suas metas, estava a utilização da estratégia de regionalização para estruturar os produtos turísticos em cada estado brasileiro até 2007.

Atualmente, o Macroprograma de Regionalização do Turismo propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país e constitui-se como referência da base territorial do PNT, 2007/2010 (BRASIL, 2007).

Independentemente da esfera nacional ou internacional, os governos estão ligados às organizações turísticas. No primeiro caso (nacional), são fomentadores dessa atividade e, no segundo (internacional), são parceiros, juntamente com outros estados-membros, das mais diversas organizações, dentre elas a Organização Mundial do Turismo, a *European Travel Commission* e a *Pacific Ásia Travel Association* (COOPER et. al, 2007).

O turismo internacional é baseado em um grau de comunicação e cooperação muito elevado entre as nações, e essa relação compreende uma complexa rede de leis, regulamentações e políticas. Assim, as políticas públicas são fundamentais para o sucesso do turismo internacional, e bem como o nacional. A despeito da esfera de atuação, todos em conjunto contribuem para a construção da política pública de um determinado país. (COOPER et al, 2007).

É importante ressaltar que há em um destino turístico uma interrelação entre as diversas instâncias políticas, refletindo, por consequência, a própria complexidade da dinâmica social presente na atualidade. Muito provavelmente, os impactos em uma determinada área provocarão reflexos em outras. Assim, os articuladores dessas políticas precisam construir uma visão holística, buscando considerar todos os possíveis impactos e transfigurações socioambientais e culturais que a atividade turística irá desenvolver com as outras áreas da sociedade (Lickorish e Jenkins, 2000). Independente do tamanho da atividade turística e da importância que o governo dá à atividade, o setor público deve atuar em quatro frentes específicas: políticas, planejamento, desenvolvimento e regulamentação.

A incorporação do turismo a um projeto de desenvolvimento local deve levar em conta os diversos setores relacionados ao turismo e a oferta e demanda do produto turístico. Essa diversidade de setores pode gerar ideias e percepções conflitantes entre si. Por conseguinte, essa situação deve ser avaliada antes de qualquer decisão quanto a eleger a atividade turística como um catalisador para o desenvolvimento de qualquer município.

Para Cruz (2000), cabe à política pública de turismo o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange a esfera

pública, como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública, o turismo desenvolve-se à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares. As políticas públicas, ao serem planejadas, devem estar ancoradas na dicotomia “trabalho-lazer”, que se manifesta na ascensão do turismo no século XX.

A necessidade de conservação e exploração dos espaços naturais dos destinos turísticos, concomitantemente à necessidade de atendimento às demandas dos residentes, exige que os administradores públicos preocupem-se sobremaneira com as políticas a serem implementadas, visto que o sucesso econômico da atividade turística depende da sustentabilidade do meio ambiente e das áreas sociais e culturais da sociedade.

Vários são os atores envolvidos na atividade turística, dentre eles o poder público tem um papel primordial que pode ser explicado pelas várias funções que lhe são atribuídas:

- formulação e aplicação de políticas públicas ao turismo;
- regulação e fiscalização dessas políticas;
- aprovação de estratégias para o desenvolvimento da atividade;
- intervenção nas áreas fiscais e financeiras objetivando o desenvolvimento da infraestrutura e de outras aplicações;
- promoção do turismo interno e externo;
- elaboração de pesquisas, estatísticas e informações que propiciem o desenvolvimento da atividade turística;
- formulação e aplicação de legislação de defesa do consumidor;
- proteção dos recursos ambientais e culturais;

Na formulação das políticas públicas de um município, a política turística é apenas uma das muitas ferramentas existentes. As políticas públicas são um meio de o governo intervir nos setores produtivos privados da comunidade, a fim de atingir objetivos políticos e econômicos mais amplos. Quando os governos abordam o turismo, destacam algumas áreas específicas, dentre elas: geração de emprego e renda, capacitação de mão de obra, meio ambiente (BISSOLI, 2001).

A atividade turística nem sempre é desejável ou viável para determinada localidade, visto que essa premissa é que rege o desenvolvimento sustentável. Segundo Magalhães (2002), existem nove questões que devem ser respondidas antes de se pensar em um possível desenvolvimento da atividade, em um determinado município;

1. Existe potencialidade turística?
2. Qual é a importância do turismo para a economia dessa região?
3. A comunidade sabe o que é turismo?
4. A população aceita o desenvolvimento do turismo no município?
5. Existe mão de obra disponível?
6. É possível capacitar esta mão de obra?
7. Os investimentos necessários para melhorar a infraestrutura turística se justificam em detrimento de outros?
8. O desenvolvimento do turismo no município pode competir com os municípios que apresentam os mesmos atributos?
9. O município tem condições de promover medidas de proteção dos seus potenciais natural, histórico e cultural?

A partir desses questionamentos, fica evidenciado que o desenvolvimento econômico decorrente da atividade turística não deve ser considerado o elemento basilar para o desenvolvimento turístico em determinada região. A atividade turística sustentável deve considerar, prioritariamente, as determinantes socioculturais e ambientais observadas no âmbito local. É, nessa perspectiva, que o residente deve ser ouvido em relação às suas

expectativas quanto ao desenvolvimento do turismo em seu município, conforme sinaliza Brian Goodey:

O desenvolvimento sustentável requer que as comunidades locais, mesmo em vista das limitações políticas impostas pelo Estado, obtenham maior controle sobre seus recursos e seu futuro. Tal controle possibilita uma considerável redefinição do que se constitui de fato os recursos e o futuro das localidades. (GOODEY, 2005, p.48)

Nessa lógica, a incerteza do sucesso na implantação de processos que propiciem o desenvolvimento de uma atividade turística deve ser relativizada em função de que a necessidade de aporte financeiro, por parte da iniciativa privada e das instituições públicas, por melhor que seja, está cercada de dúvidas em relação ao desenvolvimento, quer seja na área industrial, comercial e/ou prestação de serviços.

Relação entre o desenvolvimento do turismo e o residente de destinos turísticos

A relação turista *versus* residente é sempre uma instância conflituosa que pode gerar impactos positivos e/ou negativos para ambas as partes. Cabe, no entanto, aos administradores do turismo, atentar-se e mediar os possíveis impactos decorrentes dessa querela.

Segundo Theobald (2002), a relação turista/residente pode trazer consequências negativas para a comunidade local. Segundo ele, poderá haver um recuo da comunidade no que diz respeito ao apoio ao turismo, causando impactos econômicos e políticos importantes. Esse recuo pode ser percebido de várias formas:

- retirada do apoio às autoridades/conselhos que promovem o turismo;
- má vontade em trabalhar no setor de turismo;
- falta de entusiasmo na propaganda verbal do produto do turismo;
- hostilidade com os próprios turistas, que pode se manifestar com a aplicação de preços mais altos, rudez ou indiferença no trato com os turistas;
- atrasos na construção do desenvolvimento do turismo em função de protestos da comunidade.

Em pesquisa com residentes da cidade de Pirapora realizada por Costa (2003), foram aplicados 519 questionários. Alguns resultados relevantes dessa pesquisa merecem destaque. Quando perguntados se a cidade possuía condições de receber turistas, 73,8% dos respondentes alegaram que o maior entrave ao desenvolvimento do turismo na cidade era a pouca atuação dos agentes públicos responsáveis por tais atividades em Pirapora. Dentre as questões apontadas pelos residentes como relevantes para a melhoria das condições de receber os turistas, o maior percentual (55,8%) apontou a alternativa referente à infraestrutura da cidade (saneamento básico, acesso, transporte, comunicação e segurança). Por sua vez, o desempenho da administração pública do turismo foi vista como ineficiente pelos entrevistados, uma vez que 58,1% dos respondentes classificaram-na como ruim. Apesar desse fato, a crença nos benefícios que o desenvolvimento da atividade turística poderia trazer para cidade, foi constatada em 89% dos entrevistados.

Na mesma ocasião, foi realizada por Costa (2003) outra pesquisa com empresários de Pirapora, sendo aplicados 40 questionários divididos entre o *trade* turístico e o comércio em geral. Nessa pesquisa, com relação ao desenvolvimento do turismo no município, houve opiniões equilibradas: 30,6% dos respondentes classificaram como boa, 38,9% classificaram como ruim e o restante, 30,6% classificaram como regular. O rio São Francisco foi indicado como maior fator motivacional para o desenvolvimento do turismo no município. No entanto, 57,5% dos respondentes entenderam que o planejamento do turismo, na cidade, era ruim, fato que justificou a visão de poucas perspectivas para o crescimento da atividade. A

aferição mais curiosa, entretanto, foi constatar que 77,5% dos respondentes não viam as más condições ambientais do rio como entrave para o desenvolvimento turístico do município. Esse dado, em certa medida, pode nos revelar a ausência e/ou a pouca consciência ambiental dos moradores de Pirapora.

Em função da situação provocada pela globalização, o fenômeno turístico passa por um questionamento em relação aos seus aspectos: o meio social e o econômico. No aspecto social deve ser analisada a visão da comunidade local em relação ao turismo. As expectativas das comunidades nem sempre são consideradas e este é um dos grandes problemas encontrados quando se trata de implantação de um plano de desenvolvimento econômico, baseado na comunidade local e visando à sustentabilidade desta.

Metodologia

Este trabalho teve início a partir da elaboração do referencial teórico que trata de uma revisão bibliográfica das diversas vertentes do turismo nacional e internacional, buscando justificar a relevância da atividade turística e a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável de um destino turístico. A partir dessas análises, foram realizadas pesquisas empíricas, documentais e de opinião com os moradores.

A atualização do levantamento dos atrativos turísticos e outras atividades turísticas da cidade (oferta turística) foi realizada através de pesquisas empírica, documental e entrevistas com os responsáveis pelos órgãos públicos de turismo e os operadores de mercado, que são os hoteleiros, agentes de viagens, e outros.

Utilizou-se a pesquisa de opinião, através de questionário, para conhecer a percepção dos moradores de Pirapora em relação à situação do turismo local que foi realizada no período da Semana Santa de 2009. A pesquisa do tipo descritivo estatístico amostral, de forma aleatória simples, utilizou-se a aplicação de questionários estruturados, na forma de entrevistas diretas pessoais com perguntas fechadas. Dessa forma foi possível ter uma visão bem próxima à realidade de pensamento dos diversos setores da comunidade.

Para o desenvolvimento da pesquisa, considerou-se o universo de pesquisa composto pelos residentes em Pirapora/MG. Foi aplicado o maior número possível de questionários aos residentes no período da semana santa de 2009, o que permitiu obter amostra da população de 285 questionários respondidos. Baseado nessa amostra calculou-se o erro conforme mostrado no TAB. 1.

TABELA 1

Cálculo do erro da pesquisa

<i>Variável</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor utilizado/obtido</i>
n	tamanho da amostra	285
α	nível de confiança escolhido, expresso em números de desvios- padrão	90
p	porcentagem com a qual o fenômeno se verifica	70
q	porcentagem complementar (100 – p)	30
N	população	50.000
e ²	erro máximo permitido	5,5%

Apresentação e Análise dos Dados

Análise dos dados da pesquisa de opinião pública

O GRAF. 1 mostra a distribuição da faixa etária dos entrevistados e o GRAF. 2 o tempo de residência. O tempo de residência, na cidade foi determinante para justificar as respostas sobre a capacidade da cidade em receber turistas. Os mais antigos têm posições definidas e claras quanto a isso. Dos 163 respondentes do sim, 133 residem há mais de 15 anos na cidade e dos 117 que responderam não, 97 também residem há mais de 15 anos em Pirapora.

O tempo de residência propicia um maior conhecimento das potencialidades e restrições turísticas da cidade e permite uma tomada de posição clara e firme, pouco sujeita a situações de momento, como mostra da TAB. 2.

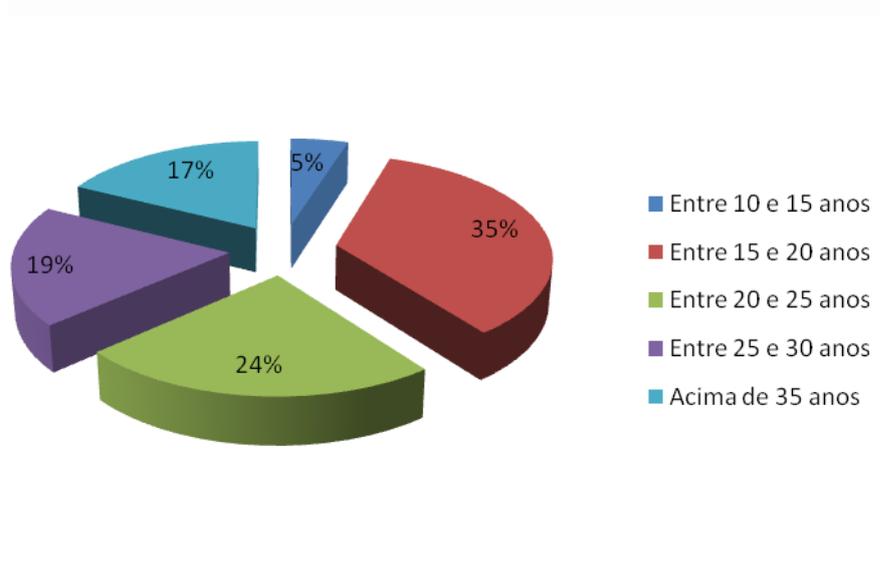


GRÁFICO 1 – Distribuição da faixa etária dos residentes entrevistados

Fonte: Elaborado pelos autores

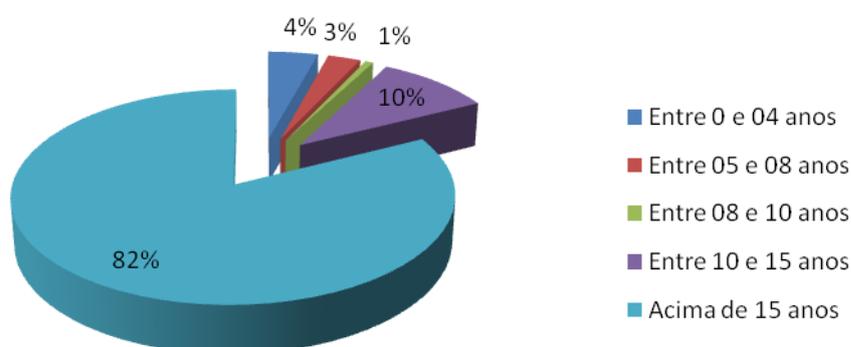


GRÁFICO 3 – Tempo de residência dos entrevistados em Pirapora

Fonte: Elaborado pelos autores

TABELA 2
Cruzamento das perguntas sobre:
As condições da cidade receber turistas versus tempo de residência em Pirapora

		Tempo de residência em Pirapora					Total
		Menos de 04 anos	Entre 05 e 08 anos	Entre 08 e 10 anos	Entre 10 e 15 anos	Acima de 15 anos	
A cidade tem condições de receber turistas?	Sim	6	6	0	18	133	163
	Não	6	2	2	10	97	117
Total		12 4,3%	8 2,9%	2 ,7%	28 10,0%	230 82,1%	280 100,0%

Fonte: pesquisa própria

A TAB. 3 apresenta o cruzamento da questão sobre se a cidade tem condições de receber turistas versus a faixa etária. Tomando como base o cruzamento apresentado, nota-se que, dos residentes entrevistados, uma pequena maioria (163 dos 280) acha que a cidade oferece condições para receber turistas. Destes, 62,6%, que representam os jovens com idade entre 15 e 25 anos, optaram pelo sim, no que diz respeito às condições de receber turistas, mas há que se levar em conta os 117 que responderam não, porque 53% deles estão na mesma faixa do sim. Essa divisão pode ser justificada em função do momento sócio educacional em que vivem os jovens dessa faixa etária: término de um ciclo da vida acadêmica e início de outro, bem como a inserção no mercado de trabalho.

TABELA 3
Cruzamento das perguntas sobre:
As condições da cidade de receber turistas versus faixa etária do entrevistado

		Faixa etária do Entrevistado					Total
		Menos de 15 anos	Entre 15 e 20 anos	Entre 20 e 25 anos	Entre 25 e 30 anos	Acima de 35 anos	
A cidade tem condições de receber turistas?	Sim	10	63	39	19	32	163
	Não	4	34	28	33	18	117
Total		14 5,0%	97 34,6%	67 23,9%	52 18,6%	50 17,9%	280 100,0%

Fonte: pesquisa própria

Analisando as TAB. 4 e 5, que tratam dos impactos causados pela atividade turística no município, os respondentes demonstram maturidade ao perceber que os impactos positivos podem ser percebidos nas áreas sociocultural, econômica e ambiental. E mais, são coerentes, quando destacam que os impactos negativos são mais evidentes no meio ambiente, espaço onde o turismo desenvolve-se.

TABELA 4
Área em que a movimentação turística causa impacto positivo

	Frequência	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Sócio-cultural	12	4,2	4,2
Econômica	76	26,9	31,1
Ambiental	16	5,7	36,7
Todas	173	61,1	97,9
Não soube responder	6	2,1	100,0
Total	283	100,0	

Fonte: pesquisa própria

Em pesquisa realizada por Costa (2003), foi constatado que 41,9% dos 519 respondentes percebiam a atuação da administração pública do turismo local como boa e regular. Na pesquisa realizada em 2009, como demonstra a TAB. 6, esse percentual subiu para 73%. Isso pode ser justificado pelo trabalho desenvolvido pelas diversas instâncias que atuam para o desenvolvimento do turismo nacional, estadual e municipal. Corroborar com essa justificativa a constatação, por meio da TAB. 7, que trata da percepção que os residentes têm da melhoria das condições econômicas do município e dos impactos positivos causados pela atividade.

TABELA 5
Área em que a movimentação turística causa impacto negativo

	Frequência	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Sócio-cultural	29	10,2	10,2
Econômica	8	2,8	13,0
Ambiental	230	80,7	93,7
Não soube responder	18	6,3	100,0
Total	285	100,0	

Fonte: pesquisa própria

TABELA 6
Opinião dos residentes sobre a administração pública do turismo local

	Frequência	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Boa	59	20,7	20,7
Regular	149	52,3	73,0
Não soube responder	77	27,0	100,0
Total	285	100,0	

Fonte: pesquisa própria

TABELA 7
Opinião dos residentes sobre a contribuição da atividade turística para melhoraria da situação econômica do município

	Frequência	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Sim	241	84,6	84,6
Não	36	12,6	97,2
Não soube responder	8	2,8	100,0
Total	285	100,0	

Fonte: pesquisa própria

As TAB. 8 e 9 demonstram que, apesar do residente entender que a atividade turística melhorou as condições de vida na cidade, ele não considera alguma melhoria na sua condição de vida, em função do turismo, o que pode acontecer pela não percepção da capacidade distributiva que a atividade tem.

TABELA 8
Opinião dos residentes sobre: o padrão de vida dos residentes é mais alto devido ao dinheiro que os turistas na cidade

	Frequência	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Discordo totalmente	3	1,1	1,1
Discordo	205	72,4	73,5
Concordo	75	26,5	100,0
Total	283	100,0	

Fonte: pesquisa própria

TABELA 9
Opinião dos residentes sobre: a qualidade de vida na cidade melhorou por causa do turismo

	Frequência	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Discordo totalmente	3	1,1	1,1
Discordo	114	40,3	41,3
Concordo	160	56,5	97,9
Não opinou	6	2,1	100,0
Total	283	100,0	

Fonte: pesquisa própria

A TAB. 10 mostra que, apesar das oportunidades de lazer existentes serem abertas à utilização dos residentes, elas não são devidamente aproveitadas. Um dos motivos pode ser um dado que não fazia parte da pesquisa, mas que foi ressaltado pelos empresários: na região beira-rio, o comércio, bem como a área de alimentos e bebidas, explora o turista e não o turismo, em função dos altos preços que são praticados. Tal fato certamente distancia o residente dessa área.

TABELA 10
Cruzamento das perguntas sobre: As condições da cidade de receber turistas versus opinião sobre se a utilização das áreas e instalações de recreação pelos turistas

	As áreas e instalações de recreação são mais utilizadas pelos turistas.				
		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Total
A cidade tem condições de receber turistas?	Sim	0	15	145	160
	Não	3	4	110	117
	Total	3	19	255	277
		1,1%	6,9%	92,1%	100,0%

Fonte: pesquisa própria

Considerações finais

Pode-se considerar que um dos pontos de destaque desse trabalho foi a constatação da melhoria nas condições do turismo da cidade, com o retorno das atividades do Vapor Benjamim Guimarães. Tais melhorias puderam ser observadas tanto pelos os benefícios incorporados pelos empresários, quanto por uma considerável parcela da população, que também beneficiou-se de maneira direta e/ou indiretamente.

A função das ações estatais no turismo assumiu grande importância e complexidade. Tomando-se o turismo como uma atividade econômica, que se desenvolve no território de uma comunidade, onde é estruturado por “matérias primas” como a paisagem, o patrimônio natural e cultural, a participação do poder público é condição *sine qua non* para que a atividade desenvolva-se. Sobre esse aspecto, constatou-se, a partir da opinião dos residentes e empresários de Pirapora, uma melhoria na avaliação da gestão pública do turismo na cidade.

Outro fator que pôde ser confirmado pela pesquisa é a sintonia entre comunidade, interesse público e iniciativa privada sobre os rumos a serem dados à atividade turística no município, como estratégia de desenvolvimento socioeconômico. Ao serem questionados sobre essa temática, 96 entre os 176 residentes responderam que não tiveram melhoria em sua situação econômica, mas entendiam que houve melhoria na qualidade de vida no município. Essa constatação remete a uma das premissas do PNMT, a sensibilização da comunidade sobre a importância da atividade turística para a cidade.

Um forte indicador de que a comunidade local não usufruiu da atividade turística pôde ser constatada nas respostas de 154 dos 285 residentes consultados, os quais informaram nunca ter viajado no Vapor. Esse dado revela que as autoridades locais devem ter a preocupação de criar mecanismos de incentivo à participação dos residentes no turismo, possibilitando a integração entre turistas e residentes.

É interessante ressaltar que normalmente as pessoas valorizam e gostam daquilo que conhecem, mas mesmo assim as análises demonstraram que, apesar da proporção dos que nunca viajaram no vapor ser alta, a população valoriza e credita ao retorno das atividades do vapor Benjamim Guimarães participação na melhoria da qualidade de vida.

A cidade conta com dois atrativos de forte expressão no cenário nacional e até internacional, o Vapor Benjamim Guimarães e o rio São Francisco. Ambos são considerados pelos residentes, bem como pelos empresários e administração pública, como atrativos importantes na geração de fluxo de turistas para a cidade.

Se para os residentes de Pirapora, pudemos constatar que o turismo pode ser uma atividade promissora para o desenvolvimento econômico da região, o Ministério do Turismo em conjunto com a Secretaria de Estado de Turismo do Estado de Minas Gerais tem traçado as políticas públicas a serem aplicadas no turismo no estado.

Para destinos turísticos como a cidade de Pirapora, a premissa básica deve ser o foco no desenvolvimento da atividade turística, sob a égide da sustentabilidade, visto que dois dos maiores atrativos da cidade são de forte expressão nacional e internacional, o Rio São Francisco e o vapor Benjamim Guimarães, considerados por toda a comunidade como geradores da demanda turística.

Referências

BISSOLI, M. A. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. São Paulo: Futura, 2001, 170p.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão*. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo, PACET*. Brasília: Ministério do Turismo, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, ano 5, n. 5, fev 2009.

CARVALHO, C. L. Carta de Goiás. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA ATIVIDADE TURÍSTICA, 1. 1999, Caldas Novas-GO. *Anais*, Caldas Novas-GO: Confederação Nacional do Comércio, 1999.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D.; SHERPHERD, R. *Turismo: princípios e práticas*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007, 784p.

COSTA, R. D. *Turismo em Pirapora: trajetória, potencialidades e restrições*. 2003. 109 f. Dissertação (Máster em Gestión de Actividades y Recursos Turísticos) – Universitat de Lles Illes Balears, Palma de Mallorca, Espanha, 2003.

CRUZ, R. C.. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000, 167p.

GOODEY, B. Interpretação e comunidade local. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (ORGS). *Interpretar o patrimônio: um exercício de olhar*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SILVA, B. A.; DINIZ, D.; MOTA, I.P.B. *Pirapora: um porto na história de Minas*. Belo Horizonte: Interativa, 2000, 286p.

SILVA, M. G. L. *Cidades Turísticas: identidade e cenários de lazer*. São Paulo: Aleph, 2004, 192p.

SWARROOKE, J. *Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética*. São Paulo: Aleph, 2000.

THEOBALD, W. F.(Org.). *Turismo global*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.